

A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NA ESFERA MUNICIPAL

Sandra Regina dos Santos

Assistente Social mestranda do curso Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP
sandrasocial30@hotmail.com

Elisa Maria Andrade Brisola

Prof^a Dra. do Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP
elisabrisola@uol.com.br

Resumo: A terceirização do trabalho interdisciplinar no contexto do Sistema Único da Assistência Social sofre as consequências das transformações ocorridas na sociedade como um todo, o qual vem causando impactos para os que vivem do assalariamento de seu trabalho. Nesta direção, têm-se como objetivo refletir sobre precarização do trabalho desenvolvido nas Organizações Sociais conveniadas à gestão pública municipal. Esta pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica, reflete que a necessidade de estudos sobre a questão emerge com toda a força principalmente porque independente da formação/qualificação ou não do trabalhador, a lógica do mundo do trabalho em seus mais diversos segmentos, apresenta-se cada vez mais opressora, de forma que os trabalhadores se vêem subjugados, oprimidos e explorados pelo capital.

Palavras-chave: Equipe Interdisciplinar. Trabalho precarizado. Organização Social.

Abstract: The outsourcing of interdisciplinary work in the context of the Unified Social Assistance suffers the consequences of changes occurring in society as a whole, which is causing impacts to the living wage for their work. In this direction, have to ponder over precariousness of work in social organization in agreements with municipal public

administration. This qualitative, exploratory and literature, which reflects the need for studies on the issue emerges with full force mainly because independent training/ qualification of the worker or not, the logic of the working world and its different segments, is present and increasingly oppressive, so that workers find themselves subjugated, oppressed and exploited by capital.

Keywords: Interdisciplinary Team. Precarious Work. Social Organization

1 - Introdução

As condições de trabalho em contexto contemporâneo são consequências das formas de organização do capitalismo, frente às ondas cíclicas de regressão e expansão, à medida que em “a cada período da história do capitalismo esse atravessou um ciclo longo de aceleração e desaceleração do capital, entrecortado por pequenos ciclos” (MANDEL, 1982 apud BERHING, 1998, p. 5).

No contexto da crise de acumulação desencadeada a partir do final da década de 1970, o capital construiu estratégias para a retomada das taxas de lucro, dentre elas destacam-se, o neoliberalismo, a economia de mercado, a reestruturação produtiva chamada globalização. Essas estratégias são responsáveis por grande parte das transformações ocorridas na sociedade como um todo, sobretudo no campo do trabalho, o qual vem causando impactos negativos para grande parte dos trabalhadores que vivem restritamente do assalariamento de seu trabalho, e principalmente para aqueles cidadãos que estão excluídos totalmente do acesso a ele.

O mundo do trabalho é muito competitivo, principalmente no mercado formal onde acaba obrigando os cidadãos a buscarem constantemente o aperfeiçoamento para atender e acompanhar as tecnologias de ponta e a tantas outras exigências que são postas. Na atualidade, existe um discurso em que o profissional ideal é aquele que apresenta um perfil dinâmico, flexível, criativo, inovador, dedicado, empreendedor para atender as inúmeras exigências não apenas para o trabalhador formal, seja no setor público ou privado.

Essas exigências induzem o cidadão a buscar uma incessante qualificação, a fim de atender as exigências do mercado/empregador para tentar garantir seu ingresso. Dessa maneira, desencadeia-se essa necessidade e ao mesmo tempo grande concorrência entre aqueles que

disputam por vagas de empregos mais seguros e com melhores ofertas de salários, que possam vir a oferecer melhores condições de vida.

Aquele cidadão que dispõe de alguma condição financeira mais privilegiada para promover essa qualificação poderá estar mais adequado ao perfil exigido pelo mercado, por outro lado, não obstante a isso tudo, tem-se ainda um grande contingente de trabalhadores que vivem de subempregos e/ou empregos precários, fato que agrava suas condições de vida, pois não conseguem qualificação, e desse modo, são excluídos de possibilidades melhores de trabalho. Para esses, restam, como já citado os subempregos e muitas vezes nem isso, ficando a margem da total exclusão do mercado (ANTUNES, 2011).

Além dessas reflexões, outro fato relevante é que a qualificação não garante o acesso seguro ao tão desejado emprego. O que se presencia hoje é a desconstrução cada vez maior de empregos seguros, mesmo aqueles que estão inseridos no mercado formal, vivem sob o achatamento de baixos salários, não valorização independente de seu segmento de trabalho, ameaça de demissões em decorrência das crises financeiras, pois mesmo um profissional com formação superior e com bagagem de conhecimentos adquiridos e acumulados, por meio de aprimoramentos teóricos não garante hoje, um emprego que ofereça condições ideais para trabalhar (RAICHELIS, 2010, p.757-759).

Outro fato importante ainda é encontrado na realidade dos milhares de brasileiros, desprovidos de recursos financeiros para ter o acesso ao estudo, a fim de que possam se profissionalizar por meio de um curso técnico ou superior. Na realidade brasileira, muitos estão fora do mercado formal de trabalho, representando 62% do total do país¹. Isso decorre primeiramente em virtude das condições socioeconômicas em que se encontram e segundo, como consequência do primeiro, por não terem acesso nem a uma boa formação escolar básica e fundamental, e outros ainda por não chegarem acessar a escola, em decorrência de vários fatores de ordem exógena e endógena.

Neste sentido, torna-se dificultoso o acesso às possibilidades de formação e qualificação para atender as tantas exigências desse mundo do trabalho que se dinamiza em ritmos acelerados, ainda mais com o avanço tecnológico, uma vez que os cidadãos desprovidos de recursos financeiros não têm condições de acompanhar.

Nesta linha de reflexão sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, concorda-se plenamente com as colocações Yazbek:

¹ SUISSO, Flávia. Trabalho Informal no Brasil Contemporâneo, 2011.

[...] observa-se que as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho (com os processos de flexibilização produtiva, os avanços tecnológicos e informacionais, a robótica, etc.) e, sobretudo, nas formas de organização das relações de trabalho, trazem graves consequências para o tecido social em geral. Configura-se um novo perfil para a questão social, com a precarização, insegurança e a vulnerabilidade do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores, que perdem suas proteções, e enfrentam o desemprego e crescimento do trabalho informal (hoje, mais da metade da força de trabalho do país) e das formas precarizadas de trabalho [...] (CRESS-SP, 2007, p.23)

Desta maneira, a organização do mundo do trabalho tratado por esta abordagem traz consequências graves para a vida dos cidadãos, principalmente para os trabalhadores que vivem do trabalho assalariado, os quais são submetidos às situações de subalternizações, submissões, pelo empregador.

No que tange à realidade brasileira, não se deve esquecer as nossas raízes históricas de escravidão, cujas sequelas são da submissão, subalternização, que se acentuam mais a precarização das condições a qual se apresenta até os dias de hoje. Por isso, muitos brasileiros sofrem com essa lógica de tratamento em seu âmbito de trabalho.

2 - Terceirização do trabalho interdisciplinar no contexto do Sistema Único da Assistência Social

No âmbito da complexidade de discussões sobre as formas de trabalho, encontra-se os profissionais contratados por organizações sociais vinculadas a esfera municipal, que desenvolvem os mais diversos programas e serviços e ajudam a compor o quadro dentro do Sistema Único de Assistência (SUAS), que vão desde aqueles de nível superior até os de níveis fundamentais.

Esses profissionais também fazem parte do contingente precário de trabalho, iguais a tantos outros trabalhadores, à medida que pela via das terceirizações dos serviços vivenciam relações de submissão, subalternização, desqualificação de sua especialização e atribuição por não escaparem as consequências da atual divisão social do trabalho imposta pelo capitalismo contemporâneo.

Os vínculos trabalhistas dos profissionais contratados pelas organizações sociais² conveniadas ao setor público da esfera municipal, é que ocorre grande parte dos contratos de trabalho com propostas salariais bem defasadas em relação aos trabalhadores que entram pela

²[...] Entidades e Organizações de Assistência Social, que consta na legislação em vigor, ratificada pela Lei Federal 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social (SILVA, 2011, p. 16).

via do concurso público, sem contar na instabilidade que os assombra a cada mudança de governo.

Intenciona-se destacar esses dois espaços ocupacionais como *lócus* de reflexão, pois se entende que pela via do setor público através da esfera municipal, é que ocorre a implementação e a efetivação das Políticas Sociais, as quais representam um dos campos mais polêmicos de atuação e desdobramento das ações dos trabalhadores que são contratados, principalmente para profissionais como os assistentes sociais, que atuam diretamente junto ao enfrentamento da questão social³. E ainda, compreende-se também que esse campo, não se constituiu como espaço exclusivo da atuação estatal, mas também das organizações sociais, pois mediante convênios firmados com os gestores municipais, estas também desenvolvem ações dentro dos diversos segmentos que compõem o campo das Políticas Sociais.

Dentre os vários profissionais que trabalham no campo das políticas públicas, dá-se um pouco mais de ênfase nos assistentes sociais porque o Serviço Social, por se constituir historicamente enquanto profissão respaldada por uma percepção crítica da realidade se vê inserido num contexto a partir de totalidade, que abrange a dimensão social, política e econômica. Assim sendo, é levado a direcionar suas ações tanto aos interesses das classes hegemônicas, uma vez que seu vínculo também se faz com o Estado, que por sua vez é o representante dos interesses do capitalismo, e este “como instrumento do referido projeto de classe” (MONTANÕ, 2009, p. 29), como ao mesmo tempo aos interesses da classe trabalhadora e de outros segmentos mais pauperizados da sociedade, tendo em vista o caráter de prestação de serviço que acompanha a profissão. Nesse sentido, o Serviço Social se configura como uma profissão que “participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas” (MONTANÕ, 2009, p. 31).

É a partir da materialização da Constituição de 1988, através do Capítulo II, Seção I, do artigo 194, que se discute a seguridade dos direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social e também por meio da Seção IV, em seus artigos 203 e 204, que se apresenta a Assistência Social como Política Pública. Portanto, são tais dispositivos que colocam a Assistência sob a ótica do direito.

Dessa forma, a Assistência Social deixa de ser tratada como ações assistencialistas, pois anterior a referida Constituição, as ações desta área, eram realizadas de formas isoladas, pelo viés do assistencialismo pelas damas da caridade e também por assistentes sociais, que tinham ainda suas práticas sociais voltadas à filantropia, à caridade e ao conservadorismo, em geral

³Questão Social é aqui entendida como um conjunto de manifestações de desigualdade social constitutiva da sociedade capitalista (CRESS-SP, 2007, p. 18).

com cunho religioso, voltados a Igreja. Essa dimensão assistencialista, por sua vez, gerava dependência, daquele que recebia. Por outro lado, sob o patamar do direito, a Assistência Social deixa de ser vista pela vertente da benesse e passa a ser considerada como algo reclamável, vista como responsabilidade do Estado (CARDOSO, 2006, p. 2-13).

A partir da Constituição de 1988, tem-se a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), através da Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que discute e regulamenta a forma como se dará o funcionamento e a diretriz da Assistência Social no Brasil. A promulgação desta Lei foi bastante representativa em termo de importância, pois rompe também com os recursos residuais do dinheiro público, instituindo a obrigatoriedade da criação dos Fundos, Conselhos e Plano Assistencial. Desta forma a assistência social, mesmo em fase de processualidade no país, passa a compor o tripé da seguridade social, no mesmo nível da Saúde e de Previdência Social (BRASIL, 1993, p. 4).

Nessa direção de aprimoramento, em termos de marco legal e histórico para a assistência social, tem-se a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 15 de outubro de 2004, pela Resolução n. 145. “A Política Nacional ora aprovada expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (BRASIL, 2005, p. 11).

Entende-se por proteção social, conforme definição desta Política, a segurança de sobrevivência que propicie aos cidadãos o acesso ao rendimento de forma que venha a promover sua autonomia no sentido amplo da palavra; a segurança de acolhida, entendida como primordial pela Política de Assistência Social, uma vez que está ligada a provisão das necessidades humanas (direito a alimentação, vestuário, abrigo) em que muitas vezes os indivíduos por alguma razão, sejam elas por questões sociais ou por problemas familiares de ordem múltiplas, não apresentam condições de alcançar tal autonomia; de convívio ou vivência familiar, neste campo a Política de Assistência Social supõe que apesar das múltiplas inaceitações ou intolerâncias existentes na área do convívio humano, a dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, dentre outras, devem ser ressaltadas a fim que de possa ser caminhado na perspectiva do direito ao convívio (BRASIL, 2005, p. 31-32).

Decorrente do processo de aprovação da PNAS houve em 15 de julho de 2005, pela Resolução n. 130, a aprovação da Norma Operacional Básica (NOB/2005), a fim de

operacionalizar que se propõe a PNAS. Esse documento se configura ao lado da PNAS, como base para a implantação e aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A presente Norma Operacional, “consagra os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando à implementação e consolidação do SUAS no Brasil” (BRASIL, 2005, p. 79).

A NOB/SUAS, ainda

[...] disciplina a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e a legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide da construção do SUAS (BRASIL, 2005, p. 84).

O SUAS, caracteriza-se conforme definição da NOB/2005, como “sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social brasileira” (BRASIL, 2005, p. 86). Este sistema rompe com aqueles modelos tradicionais de assistência, vistos sob concepção a ajuda, favor, caridade, pois passa a tratar de fato e com mais afinco a Assistência Social focando-a como direito do cidadão e dever do Estado.

O SUAS, traz também outros elementos importantes, relacionados aos seus princípios na medida em que centra suas discussões na matricialidade sociofamiliar, na territorialização, na proteção pró-ativa, na integração à seguridade social e na integração às políticas sociais e econômicas. Destaca-se a relevância destes princípios porque além de reafirmar os dispositivos defendidos pela Constituição Federal, vêm também de encontro aos objetivos do Serviço Social, expressos por seu Projeto Ético-Político que prima por Políticas Públicas mais claras, onde os serviços socioassistenciais possam ser além de padronizados, prestados também com melhor qualidade aos usuários demandatários da Assistência Social.

Esse novo modelo de Política Pública altera todas as bases do que serviam de sustentação para a construção das Políticas Sociais até então. Mudanças significativas ocorreram também nos municípios, que passaram a ter destaque como protagonistas nessa construção juntamente com os cidadãos que neles habitam. O município é o local onde tudo acontece, uma vez que tem dados relevantes do contingente de pobreza, além de que é nele que o cidadão constrói sua história.

Nesses novos tempos, de grandes e significativas mudanças no cenário brasileiro, temos o Serviço Social que já vinha de um longo processo de lutas para se consolidar sua maturidade, comungou dessas mudanças, tendo em vista que também se fez presente em todos os

processos de discussões para se chegar à efetivação e aprovação recente do SUAS, como Lei Federal⁴. Ressaltamos que embora grande parte dos Assistentes Sociais atue de forma mais expressiva dentro da Política Nacional de Assistência Social, essa não é exclusiva dessa categoria profissional, assim como a Política Pública de Educação e de Saúde, não sejam exclusivas dos profissionais que mais atuam nas respectivas políticas.

Entende-se e defende-se que toda Política Pública deva ser de interesse de todos os profissionais independente do grau de formação e profissão escolhida, bem como a importância de fomentar as discussões, ampliando-as a toda sociedade para que sua efetivação de fato ocorra como preconiza as respectivas leis que a ancoram. Por isso, é de suma importância que todos estejam envolvidos e engajados nas respectivas discussões para que haja controle sob a forma de como o Estado vem conduzindo todas as Políticas Públicas.

Mesmo com a implantação do SUAS por todo o território nacional, o mercado de trabalho não aumentou significativamente, e não só para os assistentes sociais, mas para outros profissionais envolvidos nessa área. Paralelamente e no mesmo ritmo dessa implantação, percebe-se também a contraditoriedade existente nesse processo, uma vez que se aprofunda a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, considerando que são trabalhadores assalariados, muitas vezes subordinados a processo de alienação e restrição ou total dela, em relação à sua autonomia técnica (RAICHELIS, 2010, p.751). Esta reflexão também é válida para outros profissionais que estão envolvidos e vinculados a essa Política Pública.

Verifica-se que apesar de aprovadas inúmeras legislações referentes à gestão da Política de Assistência Social no Brasil, com suas diversas resoluções que promulgam e norteiam os novos rumos na elaboração da Política Pública de Assistência Social no país, ainda assim o assistente social, como uma das profissões de extrema importância nesse processo de implantação do SUAS, enfrenta o sucateamento de seu trabalho na medida em que é submetido às mais diversas condições que “desconfiguram o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais” (RAICHELIS, 2010, p. 759).

Por esse viés, segue-se a mesma lógica e reflexão a outros profissionais que estão vinculados nesse campo de trabalho interdisciplinar do SUAS, que sofrem conjuntamente tal sucateamento e desconfiguração da sua prática que vêm na contramão daquilo que se entende como trabalho, pois se concorda com Antunes (2011, p. 67) quando afirma que:

⁴ BRASIL, Lei Federal n. 12.435/11- sancionada pela Presidenta da República, Dilma Rouseff, em 6 de julho de 2011, que aprova o Sistema Único de Assistência Social.

A história da realização dos seres sociais, ao longo de seu processo de desenvolvimento histórico-social [...] objetiva-se por meio de produção e reprodução da existência humana. Para isso, os indivíduos iniciam um ato laboratório básico, desenvolvido pelo processo de trabalho. É a partir do trabalho em sua realização cotidiana que o ser social distingue-se de todas as formas pré-humanas.

Portanto, é em tempos de SUAS, que se enfatiza a reflexão e discussão, a todos os profissionais que atuam dentro desse novo modelo, seja na rede socioassistencial da proteção básica⁵ ou especial⁶ ou por meio do trabalho direto ou indireto ao Gestor Municipal. E ao se referir ao Gestor Municipal um aspecto muito preocupante, emerge, pois pelo viés da terceirização dos serviços públicos, pela via das entidades ou organizações sociais, camufla-se, de alguma forma, o trabalho sob a lógica do público, ofuscando-se a responsabilidade do Estado, acentuando-se, dessa forma, a precarização do trabalho de todos os profissionais envolvidos na consolidação desse Sistema.

Nesse sentido, se defende que há a dualidade nessa construção, considerando as proposições da PNAS/NOB/SUAS/Tipificação dos serviços socioassistenciais. Portanto, há muito que se refletir por parte de todos os agentes envolvidos sobre a forma de se concretizar a identidade do SUAS, assim como sua efetivação. E na mesma perspectiva, direciona-se também para a prática profissional de todos os trabalhadores envolvidos que contribuem para a processualidade desse Sistema.

Considerando a importância de pensar a efetivação do SUAS e das condições de trabalho dos trabalhadores inseridos nesse Sistema, buscou-se através de uma pesquisa bibliográfica temas a fins ou relacionados que pudessem ser relevantes para mostrar o quão é importante surgir novos trabalhos teóricos em torno dessa problemática.

Acredita-se que refletir sobre o trabalho nas organizações sociais no contexto do SUAS, contribuirá para gerar novas e relevantes discussões sobre o processo de implantação desse Sistema na esfera municipal. Desse modo, apresenta-se a seguir a busca de dados realizada no intuito de elucidar como a questão vem sendo tratada no campo da construção do conhecimento:

SCIELO

⁵ Proteção Social Básica- atende famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da prevenção, aqui não há o rompimento dos vínculos familiares. Este trabalho é executado no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS por meio de programas, projetos e serviços (BRASIL, 2005, p. 33-36).

⁶Proteção Social Especial- dividida em média (garantem atendimento as famílias e indivíduos com seus direitos violados) e alta complexidade (garante atendimento para famílias e indivíduos que se encontram sem referência, em situação de ameaça, onde são retirados de seu núcleo familiar e comunitário) - atende famílias ou indivíduos que tiveram seus direitos violados e estão em situação de risco pessoal e social. Este trabalho é executado pelo CREAS por meio de programas, projetos e serviços (BRASIL, 2005, p. 36-38).

Neste site encontrou-se a **Revista Serviço Social & Sociedade** do ano de 2010 a 2012.

Ano	Número	Mês	Tema	Autor	Relacionado	Nada Relacionado
2010	nº 101	Jan/ março	A Atitude investigativa no trabalho do Assistente Social.	Cristina Kologiski Fraga;	X	-
2010	nº 102	Abr/ jun.	-	-	-	X
2010	nº 103	Jul/ set.	-	-	-	X
2010	nº 104	Out./ dez.	A crise, o desemprego e alguns desafios atuais.	Ricardo Antunes	X	-
2010	nº 104	Out/ dez.	Estrutura social no Brasil: mudanças recentes.	Marcio Pochmann	X	-
2010	nº104	Out/ dez.	O CFESS na defesa das condições de trabalho e do Projeto Ético Político profissional.	Silvana Mara de Moraes dos Santos	X	-
2010	nº104	Out/ dez.	Intervenção profissional do Assistente Social e as condições de trabalho no SUAS.	Silvana Mara de Moraes dos Santos	X	-
2011	nº105	Jan/ março	-	-	-	X

2011	n° 106	Abr/ jun.	-	-	-	X
2011	n°107	Jul/set.	O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.	Raquel Raichelis	X	-
2011	n°107	Jul/set.	Condições de trabalho e a luta dos Assistentes Sociais pela jornada semanal de 30 horas.	Ivanete Boschetti	X	-
2011	n°108	-	-	-	-	X
2012	n°109	-	-	-	-	X

REVISTA KATÁLISYS (Florianópolis-SC)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2006 a 2011.

Ano	Número	Volume	Mês	Relacionado	Nada relacionado	Autor	Tema
2006	01	09	Jan/ jun.	-	X	-	-
2006	02	09	Jul/ dez.	-	X	-	-
2007	01	10	Jan jun.	-	X	-	-
2007	02	10	Jul/	-	X	-	-

			dez.				
2008	01	11	Jan/ jun.	-	X	-	-
2008	02	11	Jul./ dez.	-	X	-	-
2009	01	12	Jan./ jun.	-	X	-	-
2009	02	12	Jul/ dez.	X	-	Ricardo Antunes	Editorial: As configurações do trabalho na sociedade capitalista.
2009	02	12	Jul./ dez.	X	-	Monica Maria Torres de Alencar e Sara Grane- mann	Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional.
2009	02	12	Jul./ dez.	X	-	Giovanni Alves	Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial.
2009	02	12	Jul/ dez.	X	-	Fernanda Nunes da Rosa Mangini e Regina Célia Tamasco Miotto	A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho.
2010	01	13	Jan./ Jun.	-	X	-	-

2010	02	13	Jul./ dez.	-	X	-	-
2011	01	14	Jan./ Jun.	-	X	-	-
2011	02	14	Jul./ dez.	-	X	-	-

REVISTA SER SOCIAL (UnB)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2000 a 2011.

Ano	Número	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2000	06	-	X	-	-
2000	07	-	X	-	-
2001	8	-	X	-	-
2001	9	-	X	-	-
2002	10	-	X	-	-
2002	11	-	X	-	-
2003	12	-	X	-	-
2003	13	-	X	-	-
2004	14	-	X	-	-
2004	15	-	X	-	-
2005	16	-	X	-	-
2005	17	-	X	-	-

2006	18	-	X	-	-
2006	19	-	X	-	-
2007	20	X	-	não aparece o nome do autor	A Assistência Social prevista na constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS.
2007	21	-	X	-	-
2008	22	-	X	-	-
2008	23	-	X	-	-
2009	24	-	X	-	-
2009	25	-	X	-	-
2010	26	-	X	-	-
2010	27	-	X	-	-
2011	28	-	X	-	-
2011	29	-	X	-	-

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE (UNESP/ FRANCA)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2007 a 2010.

Ano	Número	Volume	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2007	01	16	-	X	-	-
2007	02	16	-	X	-	-
2008	01	17	X	-	Ana Cristina Brito	Serviço Social e questão social na

					Arcoverde	globalização.
2008	02	17	-	X	-	-
2009	01	18	-	X	-	-
2009	02	18	X	-	Leia Maria Erlich e José Walter Canoas	Gestão de pessoas em organizações do terceiro setor: especialidades dos recursos humanos, perspectivas e desafios.
2010	01 e 02	19	-	X	-	-
2010	02	19	-	X	-	-

REVISTA PRAIA VERMELHA (UFRJ)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2004 a 2010.

Ano	Número	Volume	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2004	01	11	-	X	-	-
2005	01	12	X	-	Não foi possível visualizar o nome do autor.	Artigos sobre a caridade, serviço social e Política de Assistência Social.
2005	01	13	-	X	-	-

2006	01	14	-	X	-	-
2007	01	16	-	X	-	-
2008	01	18	-	X	-	-
2008	02	18	-	X	-	-
2009	01	19	-	X	-	-
2009	02	19	-	X	-	-
2010	01	20	-	X	-	-
2010	02	20	-	X	-	-

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA (UEL)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2009 a 2011.

Ano	Número	Volume	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2009	01	12	-	X	-	-
2010	02	12	-	X	-	-
2010	01	13	-	X	-	-
2011	02	13	-	X	-	-

REVISTA O SOCIAL EM QUESTÃO (PUC-RIO)

Disponível somente uma revista.

Ano	Número	Volume	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2012	25/26	14	X	-	Ricardo Antunes	Trabalho sem positividade, valor sem valor e imaterialidade sem materialidade.
2012	25/26	14	X	-	Wagner de Souza leite Molina	O trabalho no contexto do “novo capitalismo” globalizado.

REVISTA TEXTOS E CONTEXTOS (PUC-RS)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2002 a 2011 e nada fora encontrado relacionado ao tema.

REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (UFMA)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2000 a 2010 e nada fora encontrado relacionado ao tema.

REVISTA LIBERTAS (FAC. DE SERVIÇO SOCIAL DE JUIZ DE FORA)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2001 a 2010.

Ano	Número	Volume	Mês	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2001	01	01	Jan./ jun.	-	X	-	-

2002	01	02	Jan./ Jun.	-	X	-	-
2002	02	02	Jul./ dez.	-	X	-	-
2003	01	03	Jan./ Jun.	-	X	-	-
2003	02	03	Jul./ dez.	-	X	-	-
2004/ 2005	Numero especial	4 e 5	Jan./ dez.	X	-	Mabel Mascarenhas Torres	As atribuições privativas presentes no exercício profissional do Assistente Social; uma contribuição para o debate.
2006	01 e 02	06 e 07	Jan./ dez.	-	X	-	-
2007	Ed. Somente do mês de fevereiro.	-	-	-	X	-	-
2008	01	08	Jan./ jun	-	X	-	-
2008	02	08	Jul./ dez	-	X	-	-
2009	01	09	Jan./	-	X	-	-

			jun.				
2009	02	09	Jul./ dez	-	X	-	-
2010	01	10	Jan./ jun.,	X	-	Precarização do trabalho e das Políticas Sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do Assistente Social.	Girlene Maria Matias Cavalcante e Rosa Prédes.
2010	02	10				Configurações contemporâneas da Assistência Social no Brasil: avanços jurídicos-políticos e retrocessos neoliberais.	Débora Rodrigues Santos e Josiane Soares Santos.

Conclusão

As reflexões aqui sistematizadas reforçam que independente da formação/qualificação ou não do trabalhador a lógica do mundo do trabalho em seus mais diversos segmentos, apresenta-se cada vez mais opressora, de forma que os trabalhadores se vêem subjugados, oprimidos e explorados pelo capital.

Faz-se necessário entender o significado e processamento do trabalho da equipe interdisciplinar também em decorrência dos tempos atuais, onde novos rumos se despontam mediante a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual tem desencadeado significadas alterações na área de Assistência Social do país.

Verificando a produção do conhecimento em alguns dos mais reconhecidos periódicos científicos que fazem referência a Política Pública da Assistência Social, constatou-se que termos como “crise”, “desemprego”, “desafios”, “mudanças recentes”, “novas condições de

trabalho”, “violações de direitos”, “ofensiva do capital”, “reestruturação produtiva”, “capitalismo”, “globalização” “precarização” situam-se como principais eixos norteadores da temática trabalho nos tempos atuais.

Por fim, falar do trabalho da equipe interdisciplinar no contexto do SUAS, remete à reflexão acerca do caminho árduo que se apresenta e dos muitos obstáculos a serem superados para garantir a efetivação absoluta e concreta das legislações, uma vez que não se deve afirmar ainda que tais legislações tanto da Política de Assistência Social se aproximam daquilo que é proposto por esse novo modelo, qual seja a defesa de uma Política Pública de Assistência Social pautada na garantia de efetivação dos direitos.

Referências

- ANTUNES, R. **O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BEHRING, E. R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.
- BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília, DF, 2005.
- _____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2005.
- _____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2006.
- _____. Presidência da República. **LOAS Anotada - Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei Federal 8.742, 07 de dezembro de 1993. Brasília, DF, 2010.
- _____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.
- _____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário oficial da República Federativa do Brasil, DF, 25 de nov. 2009.
- CARDOSO, P. **Assistência Social: da ajuda moral ao direito - A concretização da Assistência Social como direito social**. Capacitação Solidária, SUAS: Conceituação e Perspectivas: Capacitação dos Profissionais da Área Social. São Paulo, 2006.
- CRESS-SP, **Legislação Brasileira para o Serviço Social**. São Paulo: Pyxis, 2007.
- MONTANÕ, C. **A Natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 104, p. 750-772, out/dez. 2010.
- SILVA, A. L. S. B. **A Relação com Entidades Sociais na Gestão da Assistência Social em São José dos Campos: uma experiência em análise**. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.
- SUISSO, F. **Trabalho Informal no Brasil Contemporâneo**. [S.l.], 2011. Disponível em: http://bdjur.sjt.gov.br/xmiv/bistrem/handle/2011/18551/Trabalho_Informal_Brasil_Contemporaneo. Acesso em: 25 abril 2012.